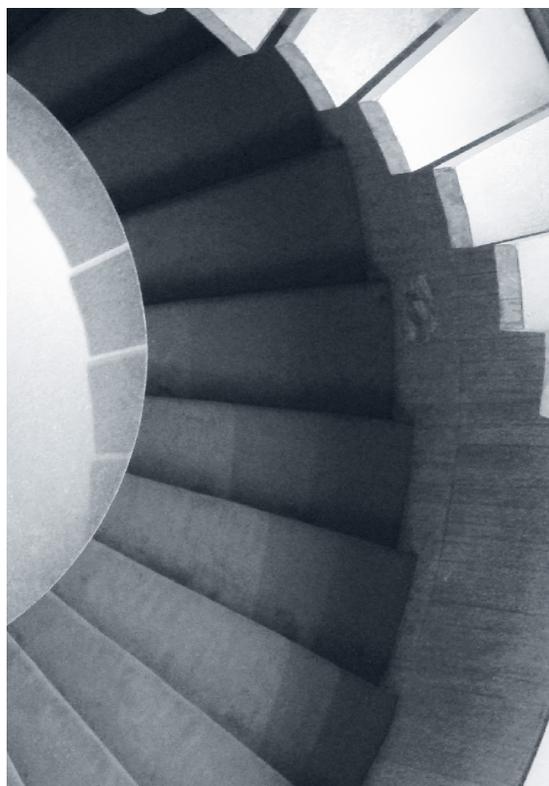


# Reflexões sobre a prática da supervisão na formação profissional: uma perspectiva junguiana

Elizabeth Christina Cotta Mello\*  
Maddi Damião Jr.\*\*

## Resumo

Este ensaio pretende apresentar uma reflexão inicial a propósito da prática da supervisão, seu papel na formação profissional e da especificidade que possui na formação clínica, a partir do horizonte da teoria junguiana. A supervisão é uma das atividades básicas de integração entre teoria e prática. Entendemos que a supervisão seja fundamental para a formação de uma analista junguiano e precisamos refletir sobre suas especificidades, pois ela insere um dado que é eminentemente qualitativo na formação e no ensino da psicologia junguiana, seja pela singularidade da compreensão e da síntese produzida pelo supervisionando, seja pela referência a um terceiro, à relação terapêutica ou ao campo de atuação que se encontram presentes no processo de ensino-aprendizagem na forma de relato. Por outro lado, há questões que são levantadas quanto à prática do supervisor, como os critérios de avaliação do supervisionando e a eficácia do processo de supervisão. ■



**Palavras-chave**  
Supervisão,  
Formação  
profissional,  
Psicologia  
analítica,  
Psicologia  
clínica.

\* Psicóloga, Arte-Educadora e Arteterapeuta. Pós-doutora em Ciências – CBPF - MCT, Doutora em Psicologia - UFRJ, Membro analista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica – RJ.  
Email: <elcotta@hotmail.com>

\*\* Doutor em psicologia – UFRJ, Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense, Psicólogo; Pós-doutor em Psicologia Médica – Unicamp, Membro analista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica – RJ.  
Email: <maddidamian@gmail.com>

## Reflexões sobre a prática da supervisão na formação profissional: uma perspectiva junguiana

Este trabalho pretende ser uma reflexão inicial sobre a supervisão na perspectiva da teoria junguiana, sua importância e as características singulares que surgem diante da transmissão do conhecimento de uma prática que se dá a partir da interação interpessoal. Constitui-se, assim, como uma tentativa de pensar e dialogar a partir da experiência de supervisor, seja como analistas da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, seja como professores no ensino de graduação. Entendemos a supervisão como um dos elementos fundamentais para a formação do futuro profissional, seja pela obrigatoriedade do estágio para a obtenção do título de psicólogo, por exemplo, ou do futuro clínico, a supervisão não se restringe a uma área de atuação apenas, mas é a modalidade de ensino-aprendizagem vivencial e teórica que se apoia no trabalho a partir de problemas postos pela formação do psicólogo. Na prática clínica, se situa como fundamento para a atividade de integração da teoria e prática, seja em instituições em geral, na prática privada, como na saúde mental etc. Porém a nossa perspectiva será orientada pela teoria junguiana, dado que somos analistas formados por instituição reconhecida internacionalmente de formação e professores de prática clínica, tanto em cursos de graduação quanto pós-graduação. Atualmente estamos na Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica do Rio de Janeiro (SBPA-RJ) bastante envolvidos com a supervisão de grupos da clínica de atendimento, bem como da formação, e temos, então, nos ocupado e “pre-ocupado” com esse tema.

O diálogo que se inicia visa a troca de experiência e estabelecer um processo de reflexão e posterior discussão, para não permanecer em um solilóquio ou monólogo em que apenas se olhe para a prática da supervisão a partir de um referencial “solipsista”. Como sabemos, esse é um risco constante do trabalho de um clínico em

seus consultórios, em especial para quem não participa de instituições de formação e/ou de ensino como a SBPA e as universidades. Assim, é importante submetermos o nosso trabalho a uma avaliação e uma transformação contínuas, pois acreditamos serem necessárias como formas de aprendizagem e atualização da atividade de supervisão. Essa exposição da supervisão muitas vezes somente encontra eco nos supervisionandos. Faz-se, para nós, necessária a abertura de um espaço onde todos possamos trocar experiências e integrá-las, contextualizar a prática e sermos confrontados pelo olhar do outro, tema tão caro para a psicologia junguiana, e torná-la mais humana, mais próxima da experiência.

Como entendemos em uma perspectiva fenomenológica<sup>1</sup>, a situação clínica requer tanto investigação científica e estudo teórico, e não deve ser uma atividade desordenada e sem propósito, precisamos ter ciência dos nossos atos, assim como possuir instrumentos adequados de atuação, tanto epistemológicos, quanto técnicos. Por outro lado, se fundamenta na própria experiência: faz-se necessário integrar a ciência com a habilidade, ou seja, a sensibilidade e a experiência que, ao mesmo tempo em que são frutos do tempo, são, também, atributos indissociáveis da personalidade do terapeuta. A habilidade não é competência técnica, mas existencial, ou seja, disponibilidade interna e contato com sua própria intimidade que é demandado ao terapeuta.

Ao discutir as questões da prática da supervisão, deve-se levar em consideração estes dois fatores, a supervisão como mecanismo de instrução, transmissão de um saber técnico e metodológico (baseado nos fundamentos da psicologia junguiana, no caso), e como formação, isto é, um espaço para que o futuro terapeuta entre em con-

<sup>1</sup> Ver Jaspers (1985), ao se referir à prática da psicopatologia clínica fenomenológica.

tato consigo mesmo, com suas dificuldades, confrontos, expectativas, limitações, singularidades etc. A partir deste momento, a supervisão será o espaço de “cuidar do ato de cuidar”, se aproximando, poder-se-ia dizer, de uma “terapia” da prática terapêutica. Esta teria como objetivo primeiro fazer com que o futuro terapeuta aprenda a se ver no ato de cuidar, a se sentir confortável no lugar que ocupa, a estar atento a si e ao cliente, mas, principalmente, a estar aberto, atento e receptivo para o que se manifesta. Desta forma, ele adquirirá a confiança necessária para aceitar o outro e a si mesmo, aceitar as suas dificuldades e saber também calar diante do desconhecido que se posta diante de si. Estamos falando de um espaço maiêutico, em uma perspectiva socrática, que traz à luz o que está em potência, mas ainda não é uma consciência mais ampla, já que essa se completa com a ação e trabalho emocional e com as necessárias transformações pessoais. Estamos diante de etapas ou dinâmicas da clínica, como Jung aborda em “Prática de Psicoterapia” (1981) ou também em Von Franz em “Psicoterapia” (1999) com os quatro modelos da relação terapêutica e transferência, ou dessa complexidade de olhares como descreve Jung em “Tipos Psicológicos” (2017a). No livro “Ab-reação, análise dos sonhos e transferência”, Jung (1987) retoma a ideia da necessidade de lidarmos com os aspectos intelectuais, emocionais de nossa complexa atividade e sua arte. O tratamento, em um momento de “morte simbólica” e desorientação da entrada no inconsciente, por exemplo,

só é possível através de uma abordagem por seu a vez plástica e simbólica, oriunda da vivência de conteúdos inconscientes. Não deve, portanto, penetrar demais no campo da abstração intelectual; por motivos práticos, convém que permaneça no âmbito do mitologema tradicional que já provou sua natureza abrangente”. [Como uma] inundação no Nilo que aumenta a fertilidade do solo (JUNG, 1987, p. 135, parágrafos 478–479).

Pode-se fazer referência, aqui, a outro aspecto a ser vivenciado na supervisão como espaço de formação, outro ponto que faz parte do que se espera de uma terapia junguiana, a atenção minuciosa sobre o próprio terapeuta, o que pode ser entendido como uma síntese de tudo que será exposto: a aceitação e integração das feridas do próprio terapeuta. É uma imagem bastante familiar dos junguianos a divindade grega Quiron, entidade meio cavalo meio humana, divindade **teriomórfica**, representada pelo Centauro. Quiron, na Grécia Antiga, símbolo da divindade tutelar da medicina, assim como Asclépios, personagem humano, era o deus da cura, que aprendera as artes de curar devido à ferida incurável da qual padecia. Na tentativa de se curar aprendeu sobre todos os métodos e terapêuticas utilizadas pela medicina, tanto profana quanto sagrada, com isto, começaram os humanos a se aproximarem dele e a solicitarem o seu auxílio, o qual foi dado. Com estes poucos elementos, vislumbramos uma condição necessária a todos os terapeutas, qual seja, aceitar suas feridas, reconhecê-las e não as ocultar de si próprios. É o tema sobre as características e buscas do que é o ser um terapeuta ou analista que aqui é colocado, e é um tema para trabalhos futuros. A supervisão surge como um espaço de formação que deveria proporcionar este contato com as feridas dos supervisionandos, sem com que isto faça que ela se torne uma terapia de grupo ou individual. E, nesse momento, se constitui uma ponte para poder conscientizar a relevância para um terapeuta entrar em contato consigo próprio de forma mais profunda, através da terapia: lembremos que muitos estudantes em nossa área de atendimento clínico não a fazem e não há uma regra nas graduações de futuros terapeutas que, muitas vezes, não tem a clareza sobre essa necessidade. Sabemos que terapia envolve várias etapas, e poderíamos dizer estilos, e o livro “Prática de psicoterapia” (JUNG, 1981), e os neo-junguianos também nos apontam sempre. O conceito que utilizamos neste artigo é o do próprio Jung (1981). A terapia propriamente junguiana é observada em uma carta de Jung, “O interesse principal de meu trabalho”. Escreve ele:

não está relacionado com o tratamento das neuroses e, sim, com a abordagem do numinoso. Mas o fato é que a abordagem do numinoso é a verdadeira terapia e, na medida em que alcançamos as experiências numinosas, somos libertados da maldição da patologia. A análise junguiana. Se não for possível estabelecer um relacionamento com o numinoso, nenhuma cura é possível. O máximo que podemos esperar é uma melhora no ajustamento social (JUNG<sup>2</sup>, 1945, *apud* VON FRANZ, 1999, p. 199).

Dentro dessa perspectiva, acreditamos que, para os terapeutas, não podemos pensar em uma adaptação ou ajustamento, ou ainda que o objetivo seja se livrarem dos aspectos mais neuróticos, mesmo que isso seja uma opção da prática psicoterápica em geral. Estes necessitam encontrar o seu caminho, sua forma de atendimento e ocupar-se de seu processo para atendimento de outras pessoas.

Vislumbramos dois riscos iniciais aos quais todo supervisor se encontra submetido, identificados neste momento como a cristalização de um modelo, a fixação em um método único de olhar para as situações clínicas, assim como a cristalização em aspectos teóricos não questionados, isto acarretaria problemas para o ensino devido à perda da flexibilidade e à rigidez da escuta que não disponibilizaria espaço para o aluno se fazer ouvido em sua singularidade, assim como para experimentar lidar com a teoria como uma ferramenta de forma criativa e lúdica. Outro risco seria, diante da posição de autoridade exercida pelo supervisor, das fantasias que se encontram mobilizadas na relação entre supervisionando e supervisor, produzir-se uma situação que, apesar de inevitável, pode tornar-se prejudicial para o processo de ensino-aprendizagem, qual seja, a passividade diante da figura de autoridade e a submissão ao fascí-

nio pelo poder do supervisor. Isto acarreta uma série de problemas que veremos, mais adiante. Diante desta atitude, espera-se que o supervisor mostre os caminhos a serem seguidos assim como o manejo da situação com a qual se lida. Por outro lado, esta passividade induz no supervisor a um excesso de compreensão, qual seja, a atitude compensatória de colocar-se, de fato, no lugar de orientador, e o conhecimento do que se passa com a situação clínica. O excesso de compreensão surge como forma compensatória ao receio do supervisor sair do lugar que ocupa como autoridade e detentor do saber, lugar este que muitas vezes é colocado pelos supervisionandos ou pela própria situação institucional que ocupa.

Vale lembrar que, mesmo que o supervisionando faça críticas e objeções ao trabalho do supervisor, muitas vezes é implícita ou indireta, isto devido à relação de poder que muitas vezes se estabelece nas instituições, refletindo como um mecanismo de controle sobre o futuro terapeuta. Este pode não conseguir sair dessa posição hierarquizada, seja devido à postura do supervisor ou à característica da atitude do próprio supervisionando. Poderíamos justificar esta atitude como uma dinâmica constelada necessariamente a partir da relação *Puer* e *Senex*, na qual o supervisor se colocaria na posição de “velho sábio” dificultando ou impedindo qualquer crítica ao seu trabalho, isto em função da dinâmica constelada. Assim, nem sempre irá ter coragem, ou interesse, em se expor ou se colocar em condições diante do supervisor para poder avaliar sua situação com clareza. Atitude tanto mais intensificada quanto o supervisor não levar em consideração a relatividade de sua posição, ou seja, a possibilidade de se questionar sobre a possibilidade de se fazer algo que seja nomeado como “supervisão”.

Como os seus pares, a situação é distinta, pois, como não há, necessariamente, uma relação hierarquizada, a possibilidade de ser confrontado e questionado em sua prática e posicionamento se torna mais corrente. Evita-se discutir

<sup>2</sup> JUNG, C. G. Carta a P. W. Martin, 20 de agosto de 1945.

a prática da supervisão entre os colegas, muitas vezes, nesse lugar complexo, múltiplo e delicado, alegando-se “idiosincrasias” necessárias à arte, então torna-se impossível discutir sobre a supervisão a partir de uma perspectiva externa a do próprio supervisor.

A mobilização das “transferências” e “contra-transferências” são distintas, no caso do supervisor-supervisionando ou supervisor-supervisor. Porém, para poder identificarmos a nossa sombra com clareza, é necessário estar no mesmo nível de diálogo que nosso interlocutor, ou estar disponível, por exemplo, ouvirmos as queixas de nossos estagiários ou supervisionandos em geral. O diálogo com os pares é movido pela necessidade de se tocar continuamente na sombra do supervisor em seus diversos modos de manifestação, integrando o novo na experiência da supervisão.

Sombra aqui é entendida como limites e dificuldades, cristalização no poder, parcialidade e dificuldade de aceitação do outro, mas, também, como possibilidade e criatividade.

Através de sua integração, a transformação e a integração do outro vão se tornando possíveis, isto quer dizer que precisamos sair do lugar que ocupamos continuamente em nossa prática, para poder sermos questionados sobre nossa competência, expor nossos “casos” aos olhares dos outros para que nos deparemos conosco e com nossos limites, assim como descobramos novas possibilidades até então ocultas aos nossos olhares.

Como sabemos, muito pouco se escreve e se discute a respeito deste assunto. Na literatura junguiana há apenas um livro sobre a prática da supervisão (KUGLER, 1995), coletânea de artigos da *Journal of Analytical Psychology*. Porém, todos concordam que seja necessário para a formação do futuro analista, seja durante o curso de graduação, seja nas especializações realizadas por ele futuramente.

Jung sempre ressaltou a importância do “controle de caso” ou da “análise didática” (FORDHAM<sup>3</sup>, ano *apud* KUGLER, 1995), orientando

que o terapeuta iniciante deveria levar seu trabalho para algum colega mais experiente e discutir sobre os aspectos de sua atuação, assim como o processo de cliente.

Muito mais forte do que suas frágeis palavras é a coisa que você é. O paciente é impregnado pelo que você é – pelo seu ser real – e presta pouca atenção ao que você diz. O analista tem problemas não resolvidos porque está vivo – a vida é um problema diário. Se assim não fosse, ele estaria morto. No mais breve prazo, cada um comete seus tropeços. Se você aceita o seu erro da maneira certa, essa é a maneira como a análise se desenvolve. O analista deve conhecer seus complexos, visto que eles serão abordados durante o trabalho com o paciente. Quando sonho com um paciente, isso é usualmente um sinal de que um dos meus complexos foi atingido (MCGUIRE; HULL, 1982, 322–323).

Essa fala de Jung surge em decorrência de dois fatores. Primeiro por considerar que a análise envolve duas pessoas em sua totalidade. Toda intervenção, interpretação, ou mesmo o estabelecimento de vínculo terapêutico se encontram influenciados pela dinâmica psíquica do terapeuta, assim como o terapeuta sofrerá “interferência” de seu cliente, em menor ou maior grau. Segundo, com o objetivo de evitar excessos, isto é, a fim de preservar a singularidade, ou o mistério, que é cada indivíduo, que muitas vezes é esquecida em função do analista na teoria, seu aprisionamento em algum modelo adquirido, seja por insegurança ou rigidez e, também, pela necessidade de “acertar”, seja de fazer o “melhor possível”, outras vezes por uma necessidade de afirmação de seu trabalho e de si próprio diante do olhar de outros, seus colegas e o próprio supervisor, corre-se o risco de tentar a todo custo seguir um modelo ou tentar controlar todas as situações para que não haja “erros”. Isto é muito comum, principalmente em

<sup>3</sup> FORDHAM, M. New development in analytical psychology. London: Routledge & Kegan Paul, 1957 p. 41-50.

terapeutas iniciantes que veem como critério de “falha” a perda do cliente, devendo, assim, a todo custo, preservar o cliente e, por outro lado, se sentindo extremamente “magoado” ou frustrado, quando do “abandono” do cliente da terapia. Um dos motivos mais comuns é considerar tal acontecimento como um “fracasso” pessoal, em função das muitas expectativas diante da aprendizagem e da prática que se inicia.

Podemos sintetizar o que foi aqui apresentado e considerar que a supervisão envolve uma série de questões, desafios e algumas dificuldades inerentes ao complexo trabalho, tornando-se, assim, importante sua problematização. Jung (2017b), em “Desenvolvimento da personalidade”, aponta que o professor e o terapeuta precisariam desenvolver a personalidade e, dessa forma, estamos diante desse grande desafio

duplo diante de uma supervisão, como terapeuta e como supervisor. Inferimos, segundo o exposto, que, acima de tudo, duas qualidades devem estar presentes: a capacidade de relação com o outro, eros, ou o afeto catalizador (SILVEIRA, 2015), assim como a capacidade do analista ou terapeuta em ser afetado, ou confrontado, continuamente pelo outro. O ensino e aprendizagem destas condições permitirão que o processo de formação se dê numa via de mão dupla, na qual supervisor e supervisionando aprendam continuamente com o outro e com o grupo, em um processo dialógico e dialético em direção à autonomia e capacidade de responder às demandas do inconsciente em seu contínuo fluxo criativo. ■

Recebido em: 25/02/2018

Revisão: 17/05/2018

## Abstract

### *Reflections on the practice of supervision in vocational training: a junguian perspective*

*This essay intends to present an initial reflection on the practice of supervision, its role in the professional training and its specificity in the clinical training, from the standpoint of the Jungian theory. Supervision is one of the basic activities of integration between theory and practice. We understand that supervision is fundamental to the formation of a Jungian analyst and we need to reflect on its specificities because it inserts data that is eminently qualitative in the formation and teach-*

*ing of Jungian psychology, either because of the singularity of the comprehension and synthesis produced by the supervised person, or because of the reference to a third party, the therapeutic relationship or field of action, which are present in the teaching-learning process in the form of story. On the other hand, some issues are raised regarding the practice of the supervisor, including the evaluation criteria of the supervised person and the effectiveness of the supervision process. ■*

Keywords: supervision, professional training, analytical psychology, clinical psychology

## Resumen

### *Reflexiones sobre la práctica de la supervisión en la formación profesional: una perspectiva junguiana*

*Este ensayo pretende presentar una reflexión inicial a propósito de la práctica de la supervisión, su papel en la formación profesional y especificidad que posee en la formación clínica, a partir del horizonte de la teoría Junguiana. La supervisión es una de las actividades básicas de integración entre teoría y práctica. Entendemos que la supervisión es fundamental para la formación de un analista Junguiano y necesitamos reflexionar sobre sus especificidades, pues inserta un dato que es eminentemente cualitati-*

*vo en la formación y en la enseñanza de la psicología Junguiana, sea por la singularidad de la comprensión y de la síntesis producida por la supervisión, sea por la referencia a un tercero, la relación terapéutica o el campo de actuación, que se encuentran presentes en el proceso de enseñanza-aprendizaje en la forma de relato. Por otro lado hay cuestiones que se plantean en cuanto a la práctica del supervisor, una de ellas, los criterios de evaluación del supervisor y la eficacia del proceso de supervisión. ■*

Palabras clave: supervisión, formación profesional, psicología analítica, psicología clínica

## Referências

- JASPERS, K. *Psicopatologia geral: compreensiva, explicativa e fenomenológica*. São Paulo: Atheneu, 1985. 2 v.
- JUNG, C. G. *Desenvolvimento da personalidade*. Petrópolis: Vozes, 2017b.
- JUNG, C. G. *Prática de psicoterapia: contribuições ao problema da psicoterapia e a psicologia da transferência*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- JUNG, C. G. *Ab-reação, análise dos sonhos e transferência*. Petrópolis: Vozes, 1987. (Obras completas, v. 16/2).
- JUNG, C. G. *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 2017a.
- KUGLER, P. (Ed.). *Jungian perspectives on clinical supervision*. Einsiedeln: Daimon, 1995.
- MCGUIRRE, W.; HULL, R. F. C. (Coord.). *C. G. Jung: entrevistas e encontros*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- SILVEIRA, N. *Imagens do inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- VON FRANZ, M.-L. *Psicoterapia*. São Paulo: Paulus, 1999.